

Trabalho informal por conta própria em territórios urbanos. Uma breve reflexão sobre o conceito de informalidade e seu desdobramento teórico com algumas observações empíricas.

Avanço de investigação em curso - Doutorado

GT 18: Reestruturação produtiva, trabalho e dominação social

Adriana Franco de Queiroz

Resumo

Este artigo discute a condição de precariedade de trabalhadores informais por conta própria que atuam em espaços públicos da cidade de Salvador-Bahia. O recorte empírico enfoca o trabalho informal/ilegal por opção desenvolvido em territórios urbanos de acirradas relações de poder. No atual contexto de precarização e reestruturação produtiva, a informalidade vem ganhando novas configurações, alterando o sentido conceitual que teve nos debates preliminares. Inicialmente considerada como marginalidade ou atividade pré-capitalista, hoje é reconhecidamente integrante do sistema dominante. O trabalho informal por conta própria passou a ser valorizado como empreendedorismo/empregabilidade por contribuir para a acumulação capitalista, mas revela contradições, pois algumas atividades são perseguidas por criar problema para o grande capital, como a comercialização de mercadorias tecnológicas artesanais (mídias) consideradas ilegais.

Palavras chaves: informalidade; trabalho informal; conta própria.

1. Introdução

O trabalho informal precário realizado historicamente por conta própria em espaços públicos das grandes cidades brasileiras se manifesta em diversas práticas produtivas de auto-sustento daqueles que não conseguem um trabalho assalariado ou que fizeram a opção de trabalhar como autônomo. Partindo desta premissa o objetivo deste estudo é localizar a questão do trabalho informal no debate sobre as transformações no mundo do trabalho, especificamente na América Latina, foco das investigações preliminares sobre a informalidade. Dada a complexidade que envolve esta questão social na contemporaneidade, apresento uma breve reflexão sobre o conceito de informalidade e seu desdobramento teórico, para situar o debate no atual contexto de precarização social do trabalho, analisando algumas observações empíricas da realidade de trabalhadores informais por conta própria e por opção, que atuam na comercialização de mercadorias (mídias) ilegais na cidade de Salvador.

Esta reflexão demanda uma retrospectiva história quanto à construção da própria noção de informalidade, considerando o esforço teórico de alguns intelectuais¹ e instituições (CEPAL, DESAL, e OIT) para explicar por aí a situação de subdesenvolvimento de países da América Latina e da África. O debate envolve questões sociais, como “vulnerabilidade e desfiliação” (Castel,2009), que se inter-relacionam com pobreza e cidadania, diante das frágeis condições sociais que estão por trás dessas atividades produtivas, que tangenciam as dimensões do ilegal e do ilícito sem necessariamente se configuraram como criminalidade (Telles, 2010). Este estudo não prescinde de uma discussão sobre o capitalismo dependente e sobre a própria morfologia do trabalho (Antunes,2011), que vem sendo

¹ . No Brasil destacam-se Francisco de Oliveira, Lucio Kowarick e José Reinaldo Prandi com estudos sobre a informalidade neste período da década de 1970.

profundamente alterada, no sentido da precarização como estratégia de dominação (Bourdieu,1998) neste sistema perverso de “acumulação flexível” baseado na “acumulação via espoliação”(Harvey,2004).

Diante das polêmicas que envolvem as noções de economia informal, informalidade ou setor informal e dos diversos significados que estes termos representam, optei por tratar do trabalho informal para evitar problemas de imprecisão conceitual. Ressalto a heterogeneidade do fenômeno, especificando suas características, com cuidados para não recair nas dualidades como oposições em separado, destacando o processo de integração das partes ou setores da economia e a atuação participativa do trabalhador informal por conta própria no sistema produtivo. Deste modo, considero trabalho informal toda atividade produtiva realizada por conta própria sem pagamento de contribuição a previdência social e todo trabalho remunerado sem contrato efetivo ou carteira de trabalho assinada.

A noção por conta própria é utilizada enquanto “categoria articulada ao processo de acumulação”, que reúne uma diversidade de trabalhadores que “depende quase que exclusivamente do dispêndio da força de trabalho própria (...)ou de membros da família, necessitando de baixa ou quase nula capitalização.”(Prandi,1978:25) Esses trabalhadores por conta própria estão integrados ao sistema produtivo, mesmo que indevidamente, e poderiam ser definidos também como trabalhadores informais precários por opção, porque decidiram desenvolver atividades informais, mesmo precariamente, em substituição ao emprego formal.

Como Salvador os trabalhadores informais precários estão em todos os lugares, além das ruas, concentrados e espalhados em praias, praças, estações, passarelas e pontos de ônibus, em torno de bares e demais áreas de movimento, considero as noções de espaço ou de território urbano mais abrangente que rua para tratar do lugar. Tomo território como “a forma de apropriação de um determinado espaço por um grupo social que o transforma pelo uso que lhe destina, imprimindo-lhe identidades”(Guimarães,2011:95) levando em conta que “é o uso do território e, não o território em si, que faz dele objeto de análise social(...)é o território usado que engendra fatos, histórias e práticas do cotidiano das comunidades”(Santos,2002, apud Guimarães,2011:95) Analisar o trabalho informal a partir dos territórios urbanos é uma tentativa de discutir as profundas mudanças do mundo do trabalho em conexão com as alterações que essas mudanças vão gradativamente provocando nas cidades.

Amiúde o trabalho informal nos espaços das grandes cidades brasileiras constitui atividade produtiva de pessoas empobrecidas das mais diversas idades. Em contextos desfavoráveis a inserção no mundo do trabalho, a maioria dos desempregados nos centros urbanos desenvolve algum tipo de “atividades de ganho”, como remete a referência histórica dos “escravos de ganho”(Mattoso,1978) do Brasil do século XIX. Esses seriam os “novos” trabalhadores informais, mas suas práticas são bem antigas, a exemplo do comércio ambulante, uma das formas tradicionais de sobrevivência dos “supérfluos”, como Engels² brilhantemente registrou a ocorrência nas cidades operárias da Inglaterra do século XIX.

O trabalho informal nas ruas de Salvador é um fenômeno histórico de relevância econômica que vem se expandindo pela auto-exploração daqueles que até conseguem uma atividade remunerada, mas que fizeram a opção de atuar por conta própria. Nesse processo os trabalhadores informais contribuem para a acumulação capitalista através da circulação de mercadorias que garante a reprodução da força de trabalho, através do fornecimento de alimentos e produtos de primeira necessidade a preços mais acessíveis. Mesmo assim, o trabalho informal foi por muito tempo entendido como problema social, associado ao conceito de marginalidade. Este conceito precedeu ou disputou espaço de influência com a própria noção de informalidade, talvez porque tenha sido concebido em situação histórica específica, quando se explicava a situação de subdesenvolvimento, a partir da significativa parcela de população a margem da sociedade, não inserida nos moldes do capitalismo.

². No livro A situação da classe trabalhadora na Inglaterra.

2. Marginalidade ou Informalidade?

Kowarick é o principal representante brasileiro nos debates na década de 1970 que defende a vinculação do trabalho informal com a noção de marginalidade. Em tese³ ele argumenta que o amplo conceito de marginalidade, que vinha sendo largamente usado na época para explicar quase tudo deveria ser usado especificamente para discutir os processos de não-integração no sistema produtivo de forma vinculada aos procedimentos tipicamente capitalistas. Este debate foi iniciado um pouco antes, no ensejo das interpretações sobre a realidade da América Latina e da África por organizações como a OIT e a CEPAL.

“A noção de informalidade surgiu na década de 60, a propósito dos problemas ligados a incorporação produtiva de crescentes contingentes de trabalhadores que se deslocavam para as cidades em todo o mundo subdesenvolvido.”(Machado da Silva,2002:85) Surge daí à tese de que a urbanização dos países latinos americanos aconteceu sem que ocorressem transformações econômicas capazes de absorver a crescente oferta de mão-de-obra que migrava do campo para as cidades, produzindo o fenômeno da marginalidade.

Muitos estudos criticam a noção de informalidade, diante da diversidade de situações que podem ser enquadrados como parte deste campo, principalmente a partir da informalização dos processos de trabalho em decorrência da reestruturação produtiva e da implantação de políticas neoliberais nas últimas décadas em toda a América Latina. A discussão sobre a informalidade passou evidentemente pela superação de alguns pressupostos teóricos que analisavam a situação dos desempregados nos países capitalistas periféricos, como “massa marginal”⁴ ou questão de marginalidade.

De fato, coexistiram duas correntes teóricas que analisavam de formas diferentes a informalidade. A primeira, considerada funcionalista e representada pela Teoria da Modernização, pensava que “o subdesenvolvimento seria em decorrência de uma desvantagem no valor relativo das trocas econômicas entre o centro desenvolvido e a periferia” (Costa,2010:173) Esta corrente tinha como principais representantes os economistas da CEPAL⁵ que concebiam a estrutura econômica da região numa perspectiva dual, marcada pela forte presença de “um setor de subsistência ou informal, caracterizado pela baixa densidade de capital, pelo precário nível técnico de produção e pela baixa produtividade”, convivendo indiretamente com o outro lado da economia, que seria “um setor moderno, de avançado padrão tecnológico, economicamente mais capitalizado e dinâmico.” (2010:173). O pressuposto teórico era de “etapas históricas distintas”, quando os países em desenvolvimento deveriam percorrer a trilha do progresso dos países desenvolvidos, numa linha de pensamento em certa medida evolucionista.

Esta visão dicotômica do problema do subdesenvolvimento na América Latina foi alvo de severas críticas realizadas pela segunda corrente de investigação. Mesmo concebendo a informalidade enquanto não-integração, a teoria da marginalidade trazia a perspectiva das contradições do próprio modelo de acumulação capitalista, consolidado sob a hegemonia da indústria. Esta corrente defendia que as contradições da estrutura de classe e das relações de poder seriam as causas do subdesenvolvimento, conforme o conjunto de estudos que representam a Teoria da Dependência. Estas teorias procuravam explicar conjuntamente a realidade da América Latina pela dominação e subordinação, concebendo o subdesenvolvimento, não como um estágio anterior ao desenvolvimento, mas como resultado de uma inserção subordinada e dependente do sistema capitalista mundial. Seria uma subordinação que articula interesses de classes e grupos específicos internos com os interesses do capital externo. A base dessa corrente era a lei geral da acumulação capitalista para sustentar a tese de que o problema da marginalidade nos países subdesenvolvidos seria consequência não de uma condição de inadequação ao

³ . Tese de doutorado que resultou no livro *Capitalismo e Marginalidade na América Latina* (1975)

⁴ “Massa marginal” é um conceito de José Num, um dos representantes da teoria da Marginalidade, para tratar dos que acreditava que seriam incapazes de participar do processo de acumulação capitalista.

⁵ Comissão Econômica para a América Latina e Caribe

moderno, mas de um modo de acumulação, estruturado sob a lógica da dominação das relações de produção, portanto de classe, que gera seu próprio excedente de trabalho.

Atualmente essas correntes são consideradas superadas, mas alguns pontos dessas linhas de pensamento ainda são utilizados nos estudos que tratam da “nova informalidade” (Costa, 2010; Noronha,2003) ou dos novos “processos de informalidade” (Cacciamali,2000). Os novos estudos evidenciam as influências socioeconômica e política dos processos de reestruturação produtiva, que revelam a perda da centralidade da indústria na economia, referente à sua capacidade de gerar emprego. A discussão da não-integração, através da análise da inserção dos trabalhadores no processo de produção e da distribuição da riqueza, continua vigente, porém na versão contemporânea é tratada como exclusão social, vulnerabilidade e precariedade.

3. Exército industrial de reserva e outras noções de informalidade

O histórico dilema das desigualdades na sociedade brasileira aparece nesta questão social que atinge diretamente a população empobrecida que não consegue se inserir ou se adaptar aos processos produtivos tipicamente capitalistas. A população excedente sofre as conseqüências da não-integração em todos os aspectos da existência, já que sem trabalho com efetiva proteção social vivem a precariedade e ainda são vítimas de estigmatizações e perseguições de diversas ordens.

Parte dessa população excedente representa o “exército industrial de reserva”, expressão que denomina classicamente os trabalhadores desempregados ou parcialmente empregados, que buscam seu meio de sobrevivência fora do mercado típico das relações capitalistas. Para Marx, “a acumulação capitalista sempre produz(...) uma população trabalhadora supérflua relativamente, isto é, que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital, tornando-se deste modo excedente”(1985: 731) Portanto, faz parte da lógica da produção capitalista criar um “excedente” que não é imediatamente necessário ao ciclo de expansão do capital. Por outro lado, Marx ressalva que essa população excedente é “produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza no sistema capitalista” na medida em que “proporciona o material humano a serviço das necessidades variáveis de expansão do capital sempre pronto para ser explorado”(1985:733/4), assumindo assim funções econômicas e políticas para o sistema, pois o exército industrial de reserva torna os salários mais baixos e desarticula politicamente a classe trabalhadora. Deste modo, os excedentes acabam envolvidos individualmente em acirrada concorrência pela sobrevivência, como “trabalhadores gratuitos”(Durães,2006) disputam espaços e clientes, sem suportes legais que lhes garantam segurança e proteção social.

Atualmente alguns autores brasileiros defendem que o conceito de informalidade sofreu um esgotamento analítico, apresentando limites para a compressão da realidade. Machado da Silva (2002) defende que nas últimas décadas em decorrência dos processos de reestruturação produtiva ocorreu o esvaziamento do conteúdo da informalidade. Esta noção, do ponto de vista da dimensão simbólico-ideológica dos discursos e das políticas públicas consolidadas em leis(Veras de Oliveira,2011) estaria sendo substituída pelo par empregabilidade empreendedorismo, enquanto novo modo de exploração capitalista e de dominação no mundo do trabalho. Já Noronha (2003) se propõe a redefinir o conceito de informalidade por considerar o termo problemático e polissêmico e acaba caindo na armadilha da discussão predominantemente jurídica, por entender que no Brasil a percepção sobre trabalho formal ou informal deriva da legislação, que considera informais os empregados que não possuem carteira de trabalho assinada. Neste sentido, o autor se preocupa com os diferentes tipos de contrato de trabalho que são estabelecidos nas relações de trabalho, defendendo o uso do termo contratos atípicos para tratar dos trabalhos informais utilizando os pares formal/informal, legal/ilegal, justo/injusto nas perspectivas econômica, jurídica e do senso comum como suporte.

Cacciamali(2000) busca superar a amplitude dos termos economia informal e setor informal, defendendo a expressão “processo de informalidade” para se referir as mudanças estruturais em andamento na sociedade e na economia que provocam “a redefinição das relações de produção, das formas de inserção dos trabalhadores na produção, nos processos de trabalho e de instituições”. Segundo a autora decorrem desse “processo de informalidade” dois fenômenos principais associados ao mercado de trabalho: à reorganização do trabalho assalariado, no sentido da precarização das condições de trabalho e o “auto-emprego e outras estratégias de sobrevivência empreendidas pelas pessoas que por dificuldade de reemprego, ou de ingresso no mercado de trabalho, ou por opção, auferem renda através de formas de trabalho por conta própria.”(2000:163)

Diante da ambiguidade que envolve tais conceitos e dos processos complexos, interligados, históricos e recentes, duas categorias principais são consensualmente consideradas como integrantes diretos da informalidade, os assalariados sem registro e os trabalhadores por conta própria. Nas sociedades capitalistas, “ganhar a vida” de forma assalariada e protegida nunca foi uma garantia para todos, aos sobrantes só resta sobreviver com os poucos recursos extraídos de trabalhos desprotegidos. Nas cidades contemporâneas muita gente precisa se submeter a trabalhos desgastantes e extremamente precários, revelando a tensa sobrevivência urbana. As precárias condições dos trabalhadores informais urbanos se evidenciam nos desgastes físicos e demais problemas que denunciam a autoexploração, a falta de proteção e os baixos rendimentos, associados a situações de conflitos e concorrência, perseguições e enfrentamentos.

O debate sobre a informalidade tem se distanciado mais das questões políticas e ideológicas em relação à posição dos países no sistema mundial e se direcionado para o aspecto jurídico-institucional que permeia a noção de informalidade. Diante disto, denominações como trabalhadores não-capitalistas ou pré-capitalistas (Carvalho e Souza,1980) deixaram de ser utilizadas, dando lugar a categorias que especificam melhor os trabalhadores informais conforme sua agregação por posição da ocupação. Mas, a superação das próprias atividades não aconteceu, essas continuam existindo, inclusive têm se ampliando, além disto não estão desvinculadas do modo de produção, ao contrário, fazem parte da lógica de acumulação do capital, contribuindo para a reprodução da força de trabalho, para a redução dos salários e fragilização da classe trabalhadora. Os trabalhadores informais atuam involuntariamente como agentes de circulação de mercadorias, viabilizando o acesso e dinamizando o mercado, sendo em alguns casos reconhecidos e valorizados como empreendedores, diante do suposto sucesso dos seus negócios.

Francisco de Oliveira foi pioneiro em apontar como boa parte da intelectualidade latino-americana se dilacerava nas discussões de um dilema dualista, “enquanto denunciavam as miseráveis condições de vida de grande parte da população(...) seus esquemas teóricos e analíticos perdiam-se(...) nas discussões em torno do estranho mundo da dualidade”(1973:7). Neste sentido, indicava que alguns conceitos como o de subdesenvolvimento não se sustentavam na medida em que partiam de uma dualidade em torno da oposição de um setor “atrasado” e outro “moderno” como singularidades em separado. No livro⁶ clássico da sociologia brasileira, faz uma crítica contundente as dualidades dos estudos econômicos sobre a realidade latino-americana, estabelecendo assim uma ruptura epistemológica ao indicar que pares como formal/informal, tradicional/moderno não ajudam no entendimento das realidades.

Deste modo, Oliveira(1973) contribui decisivamente para as análises sobre o trabalho informal, construindo um novo paradigma de análise ao encabeçar a construção de uma tese da “superexploração” do trabalho, que constituía em uma crítica a todas as versões de perspectiva dualista, inclusive ao modelo de “massa marginal”, que considerava os supérfluos como incapazes de participar do processo de acumulação capitalista. Esta tese evidencia a exploração capitalista sobre a classe

⁶ A economia brasileira: *Crítica da razão dualista* (1973),

trabalhadora, demonstrando que o trabalho realizado sob formas consideradas não-capitalistas estava subordinado ao capital, na medida em que reduzia os custos da reprodução da força produtiva, aumentando desta forma a proporção do trabalho não pago.

4. Informalidade e precarização na América Latina e no Brasil

No Brasil o desemprego e a informalidade juntos atingem, em torno de 60% da PEA⁷ (Oliveira,2003) e em muitos países da América Latina a situação é similar (Antunes,2011), criando assim “uma nova classe social que o léxico político da esquerda e da ciência social não é capaz sequer de nomear: não são trabalhadores informais, são desempregados, mas não desocupados, não são “massa marginal”(…): são um lumpesinato.”(Oliveira,2004) Numa referência ao lumpenproletariado⁸ termo que Marx cunhou para tratar dos “miseráveis”, o autor propõe ironicamente uma denominação provisória e impotente para definir esses trabalhadores desfiliaados, que se tornam invisíveis na relação apolítica, por não serem representados por nenhuma categoria profissional ou considerados como supérfluos e “inúteis do mundo” já que não são facilmente empregáveis, diante da falta da tão propagada qualificação profissional.

A desfiliação política impede a organização e mobilização da classe trabalhadora, assim como sua heterogeneidade cria dificuldades para definir a classe dos trabalhadores informais precários, na medida em que mesmo quem trabalha por conta própria e por opção, em alguns momentos são envolvidos por outras opções de trabalhos esporádicos de prestação de serviços, os famosos bicos que muitos trabalhadores informais esperam encontrar nos cantos da cidade. A situação da classe trabalhadora produz ambigüidades, que felizmente está resultando estudos que apontam para a relação entre informalidade e precarização. Pensar a informalidade pela perspectiva da precarização e da vulnerabilidade é um viés para entender este fenômeno que atinge uma gama maior de trabalhadores, através da “desestabilização dos estáveis”(Castel,2009) no modelo típico do assalariamento restrito, associado ao aumento dos desempregados, que são conduzidos para práticas produtivas informais como saída possível, principalmente para os mais pobres.

Analisar a realidade de trabalhadores informais por conta própria e por opção é salutar para entender a nova morfologia do trabalho, provocadas pelas profundas transformações sociais do capitalismo contemporâneo, através das políticas neoliberais e da reestruturação produtiva de formato flexível. Para Antunes(2004), neste contexto uma noção ampliada da classe trabalhadora se faz necessária, diante da fragmentação e heterogeneidade da classe, propondo a “classe-que-vive-do-trabalho”, como uma noção com suficiente amplitude para dar conta da diversidade de situações de trabalho, que vem surgindo com a globalização, a partir da precarização dos novos processos de trabalho. Quanto aos informais Antunes(2013:16/17) agrupou em três tipos principais os trabalhadores que compõem o que chamou de modos de ser da informalidade. O primeiro modo corresponde à figura dos trabalhadores informais tradicionais. No segundo modo estariam à figura dos trabalhadores informais assalariado sem registro e no terceiro modo os trabalhadores informais por conta própria. Esta classificação evidencia a dificuldade de separação desses trabalhadores, pois os trabalhadores informais tradicionais, entendido como o grupo que está “inserido nas atividades que requerem baixa capitalização, buscando obter uma renda para consumo individual e familiar”(Alves e Tavares,2006. apud. Antunes,2013:15) apresentam em seu conjunto tanto trabalhadores por conta própria quando assalariados sem registro.

⁷ População economicamente ativa

⁸ O lumpenproletariado seria constituído por trabalhadores em situação de miséria extrema ou por indivíduos desvinculados da produção social, dedicados a atividades consideradas marginais, como os ladrões e as prostitutas, pois *lupem* significa pessoa desprezível.

Para não reduzir o debate à condição de inserção no mercado de trabalho, alguns estudos problematizam os conceitos de precarização e informalidade. Druck(2011) defende que informalidade de fato perde sentido enquanto conceito abrangente, funcionando melhor como conceito operacional e empírico, que serve para entender umas das formas de precarização social do trabalho no Brasil. O conceito de precarização é que poderia ser generalizado, sendo a informalidade apenas uma das suas facetas. A informalidade aparece muitas vezes como sinônimo de flexibilização, que deve ser entendida como “desregulamentação do mercado de trabalho, precarização dos vínculos empregatícios, informalização, acumulação flexível, especialização flexível, revolução tecnológica, reestruturação produtivas, globalização” (Druck,2011:69). Deste modo o crescimento e generalização da informalidade, compreendida como simplesmente trabalho não protegido, seria um dos recortes possíveis e recorrentes para entender a precarização social do trabalho.

Diante da dimensão da informalidade e do trabalho informal é imprescindível entender como esse histórico fenômeno tem crescido apesar das controvérsias. Apesar de considerados supérfluos, os trabalhadores informais precários contribuem para o processo de acumulação, envolvendo criatividade, enfrentamento, lutas e resistência. Ademias sabemos também que a “pobreza é funcional”(Braga,2004) ao regime de acumulação e ao modo de organização da política nacional, de modo que “as classes subalternas brasileiras(...) não são de forma alguma inadaptadas em relação à produção moderna.”(2004:142) Mesmo não plenamente integrados aos padrões do assalariamento dominante, os trabalhadores informais empobrecidos contribuem com sua força de trabalho, cumprindo funções econômicas e políticos enquanto exército industrial de reserva

5. Condições do trabalho informal/ilegal por opção na cidade de Salvador

Evidências empíricas da nossa pesquisa em Salvador indicam que as precárias condições dos empregos formais estão tornando os trabalhos assalariados pouco atraentes. Diante dos baixos salários, de flexibilizações em relação ao tempo e ao tipo de contrato, muitos trabalhadores têm feito a opção pelas atividades informais. O desalento em relação aos empregos assalariados que poderiam conseguir influenciou os trabalhadores pesquisados a desistirem do emprego formal, eles afirmam que são capazes de atingir maiores rendimentos em trabalhos informais por conta própria. Outras pesquisas também apontam na direção da opção pelo trabalho informal, pois “a inserção no mercado informal de trabalho não pode ser vista como produto da incapacidade dos trabalhadores que o integram de conseguir um emprego formal”(Guimarães,2004:392) Outros fontes⁹ apontam que os motivos da opção e permanência em atividades informais estão relacionados ao anseio pela independência, ao desejo de escapar do controle do patrão e a melhoria dos rendimentos.

A redução nos índices de desemprego no Brasil pode está camuflada e relacionada ao visível crescimento dos trabalhadores informais por conta própria, já que esses aparecem nas pesquisas como ocupados e não como desempregados, mesmo sem qualquer proteção social. A precarização da classe trabalhadora tem se manifestado nas cidades brasileiras pela quantidade de mercadorias comercializadas em espaços públicos predominantemente por homens adultos¹⁰. Os baixos salários dos empregados e os poucos rendimentos dos ocupados por conta própria conduzem a oferta de produtos mais baratos. O comércio informal urbano visualmente em expansão, depois dos gêneros alimentícios que garantem a reprodução da força de trabalho, é de mídias de som e imagem gravadas clandestinamente, seguida de produtos importados, produzidos a baixíssimos custos na China. Esses produtos globalizados atendem as demandas dos consumidores por um breve período de tempo, mas são acessíveis a precarizada classe trabalhadora. As mercadorias comercializadas nas ruas expõem um

⁹ Pesquisa do FIBGE realizada em 1997 sobre a Economia Informal. (apud. Guimarães, 2004)

¹⁰ . Dados do Dieese/SETRE (2013) apontam para a predominância masculina e negra no mercado informal baiano.

mercado global com a marca da precariedade, com produtos geralmente produzidos com base na superexploração do trabalho.

Os trabalhadores informais pesquisados que comercializam mídias gravadas clandestinamente vivenciam em certa medida uma “nova informalidade”, pela atualidade e ilegalidade do negócio, que realizam em espaços da cidade com reconhecido mercado consumidor, que geralmente se concentram próximos de estabelecimentos comerciais ou em áreas de lazer. Eles se deslocam quase diariamente de bairros periféricos para o centro da cidade, onde realizam suas atividades comerciais utilizando tecnologias adaptadas com recursos de ponta, que funcionam como equipamento de trabalho. Os carrinhos de som que vendem mídias de MP3 demandam razoável capital para a aquisição dos equipamentos e da própria estrutura. Esses carrinhos eletrônicos, em formato de mini-trio inspirado nos carrinhos de café, possuem boa amplitude de som, o que permite serviços de propaganda do próprio negócio e animação de eventos. Tal investimento pode possibilitar a obtenção de significativos rendimentos, quando o dono se auto-explora com máximo esforço físico em longas jornadas de trabalho e enfrentamento cotidiano das possíveis perseguições diante da contravenção da pirataria no Brasil.

O mercado de trabalho para as práticas produtivas por conta própria em espaços urbanos parece que nunca foi livre de controles, regulações e perseguições em Salvador. No século XIX, nas vésperas da abolição, o trabalho de rua se dava a partir do controle dos “cantos” (Reis,2000), espaços públicos estabelecidos como locais permitidos para a concentração de determinados grupos de trabalhadores. Esses cantos de trabalho abrigavam escravos, libertos e homens livres, funcionando com uma espécie de agência de trabalho em tempos de elevado desemprego, mas eram vigiados de perto pela polícia. Ainda hoje a utilização dos “cantos da cidade” como espaço de trabalho é um problema para os trabalhadores informais, pois requer autorização da administração pública, com pagamento da licença para a realização da atividade. Além disso, a gestão pública impõe uma série de restrições que dificultam a utilização dos espaços, impedindo assim a livre atuação dos trabalhadores que fazem a opção pelo trabalho por conta própria.

Mesmo com as severas restrições e perseguições aos trabalhadores informais precários, a pobreza naturalizada como paisagem nas regiões periféricas das grandes cidades se expande e se reproduz em espaços públicos históricos da cidade de Salvador. “A face moderna da pobreza aparece registrada no empobrecimento dos trabalhadores urbanos integrados nos centros dinâmicos da economia do país”(Telles,2001:16). A presença marcante de trabalhadores por conta própria em diversas partes da cidade de Salvador demonstra a maneira perversa como esses estão integrados ao sistema dominante. Neste sentido, o trabalho informal precário em espaços urbanos históricos e turísticos das grandes cidades traz à tona a questão social da pobreza, configurada através dos vendedores ambulantes e dos seus equipamentos de trabalho, que contraditoriamente viabilizam o uso de determinados espaços pela população com o fornecimento de água, lanches, etc.

Algumas atividades produtivas informais urbanas são autorizadas pelo órgão responsável¹¹ e outras são banidas, a exemplo da comercialização de CD, DVD e MP3 gravados artesanalmente. Os vendedores ambulantes de mídia clandestinas precisam trabalhar em constante circulação para fugir da fiscalização, mas alguns ainda arriscam oferece suas mercadorias através do “serviço” de som dos equipamentos de trabalho, tipo carrinho ou caixa amplificadora, que adquirem para melhorar o negócio, sendo o próprio recurso de alto risco, já que mercadorias pirateadas e tecnologias de som são veementemente proibidas pela legislação¹². Diante da grande quantidade de pessoas que recorrem as ruas para trabalhar e do reduzido número de agentes fiscalizadores, muitos atuam na ilegalidade,

¹¹ . Secretaria Municipal de Serviços Públicos (SESP).

¹² . Conforme artigo 12º de decreto n. 12.016 de 08/06/1998 que dispõe sobre a localização e funcionamento do comércio ambulante e de prestação de serviço em logradouros públicos de Salvador.

demonstrando coragem, pois quando atuados podem perder todo o investimento ou ter equipamentos e mercadorias retidos, condicionado a pagamento de multa bastante alta para resgatá-los.

Mesmo sem licença, há quem prefere os trabalhos informais que tencionam as fronteiras do ilegal, diante os irrisórios salários dos empregos formais disponíveis, apesar dos riscos de perder mercadorias ou equipamentos, caso seja abordado por um “rapa”¹³ sem dó. Os vendedores de mercadorias ilegais são duramente perseguidos em certos momentos, mas normalmente são ignorados, mesmo colocando em circulação produtos tecnológicos que criam problema para a grande indústria, ao contrário dos vendedores de bebidas e balas, por exemplo, que favorecem o capital, divulgando produtos industrializados. O comércio de DVDs piratas provocou a falência das locadoras de vídeo, assim como a venda desse tipo de CDs reduziu consideravelmente o lucro das grandes gravadoras e artistas. Por outro lado, esses vendedores ambulantes contribuem para a divulgação de novos artistas, colocando em circulação músicas e até CDs originais fornecidos pelos próprios cantores.

Diante do exposto, é salutar concordar que o termo precarização é mais abrangente que informalidade, já que a “precariedade está hoje por toda parte”(Bourdieu,1998). Os efeitos da precarização sobre o aumento das práticas produtivas informais são provocados pelas precarizadas relações salariais que têm levado muita gente a optar pela informalidade, mesmo que seja ilegal. Para esses trabalhadores informais por opção, suas atividades produtivas oferecem vantagens comparadas aos empregos formais disponíveis, tanto a nível salarial quanto das relações trabalhistas, já que conseguem alcançar maiores rendimentos¹⁴ e têm o tempo de trabalho organizado com alguma autonomia, considerando que como são patrão de si mesmo, não precisam se submeter às imposições e explorações autoritárias dos chefes.

A instabilidade e a insegurança são tão frequentes no mundo de precarização do trabalho assalariado que muita gente hoje almeja ter o próprio negócio. Ao discutir as metamorfoses da questão social, Castel(2009) desenvolve uma crítica pertinente a sociedade salarial, ultrapassando as dualidades e dicotomias entre incluídos e excluídos. A questão social contemporânea envolve uma quantidade maior de pessoas, porque os assalariados então enfrentando condições cada vez mais instáveis na crise da sociedade industrial. Em decorrência dos efeitos devastadores da perda da condição de assalariamento, muitos “supérfluos”, no sentido de não serem empregáveis ou quando muito subempregados, preferem investir capital e trabalho em atividades informais. A precarização não oferece nenhuma segurança ou estabilidade aos empregados, os trabalhos por tempo determinado, as terceirizações ou subcontratações e outros formatos flexíveis são tão humilhantes que chegam a tornar algumas atividades informais mais desejadas, mesmo levando em conta as precárias condições de trabalho e longas jornadas deste enorme contingente populacional que utiliza os territórios da cidade como espaços de labor.

Este grave quadro de precarização social do trabalho desencadeou a valorização da informalidade, agora visita como positiva pelo discurso institucional, na medida em que o par empregabilidade/empreendedorismo aparece como a nova ideologia ou cultura do trabalho, revelando uma das práticas mais evidentes da precarização como estratégia de dominação. A ênfase na dimensão individual do sucesso profissional ganha destaque como estratégia de convencimento de que a melhor saída para o desemprego, riscos e instabilidade do emprego remunerado seria o investimento pessoal ou empresarial. Eis mais uma perversidade do sistema capitalista, na impossibilidade de garantir emprego protegido para todos transforma os pobres em empreendedores ou donos do próprio negócio, que pode ser uma carrocinha adaptada precariamente para recolher material reciclável ou uma criativa e sofisticada tecnologia de trabalho adquirida, com o limitado capital que dispõem ou tomam de empréstimo.

¹³ . Denominação popular do agente de fiscalização

¹⁴ Considerando o salário mínimo como referência básica dos trabalhos assalariados.

Referências:

- Alves, Maria A. e Tavares, Maria A. (2006) *A dupla fase do trabalho informal: “autonomia” ou precarização*. In: Antunes, R.(org) *Riqueza e Miséria do trabalho no Brasil II*, SP: Boitempo.
- Antunes, Ricardo. (2011) *O Continente do Labor*. São Paulo: Boitempo.
- _____ (2011) *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil II*. São Paulo: Boitempo,
- Braga, Ruy. (2004) *Decifrando o enigma brasileiro: novas pistas*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, SP, v. 19, n. 56, p.139-143,
- Bourdieu, P. (1998) *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar,.
- Carvalho, I, M. M. e SOUZA, G. A. A de. (1980) A produção não-capitalista do desenvolvimento do capitalismo em salvador. In: *Bahia de Todos os Pobres*. Caderno CEBRAP nº 34, Petrópolis: Vozes.
- Cacciamali, M. C. (2000). *Globalização e processo de informalidade*. Campinas, SP: Economia e Sociedade, nº 14, p. 153-174, jun.
- Costa, M. da S. (2010) *Trabalho informal: um problema estrutural básico no entendimento das desigualdades na sociedade brasileira*. Salvador: caderno do CRH, v.23, n.58, p. 171-190, jan/abr.
- Castel, R. (2009) *As metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário*. 8.ed. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Druck, G. (2011) *Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios?* Salvador: caderno do CRH/UFBA, v.24, n. spe o1.
- _____ (2011) *Precarização e informalidade: algumas especificidades do caso brasileiro*. In: *Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho: das origens às novas abordagens*. R. Veras de Oliveira, D. Gomes; I. Targino (orgs). João Pessoa: editora Universitária.
- Durães, B. J. R. (2006) *Trabalhadores de Rua de Salvador: Precários nos cantos do século XIX para os encantos e desencantos do século XXI*. Dissertação de Mestrado CAMPINAS, SP: Unicamp.
- Engels, F. (2010). *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, São Paulo; Boitempo.
- Guimarães, I. B. (2004) *Maturidade e experiência em atividades informais de baixa renda*. Caderno do CRH, n.1, Salvador:CRH/UFBA
- _____ *Periferias e Territórios sob efeitos conjugados da precarização: algumas tendências*. Salvador: caderno do CRH/UFBA, v.24, n. spe o1, 2011
- Harvey, D. (2004) *O Novo Imperialismo*. São Paulo: edições Loyola,
- Kowarick, L. (1975) *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. RJ: Paz e Terra.
- Machado da Silva, L. A. (2002) *Da informalidade à empregabilidade* (reorganizando a dominação no mundo do trabalho), Salvador, Caderno do CRH, n. 37, jan/dez,
- Marx, K. (1985) *O Capital: Crítica da Economia Política*, São Paulo: Difel, 10ª ed. Livro !, Vol. II,
- Mattoso, Kátia M. de Q. (1978) *Bahia: a cidade de Salvador e seu mercado no século XIX*. SP: HUCITEC, Salvador: Secretaria Municipal de educação e cultura,
- Noronha, Eduardo G. (2003) *“Informal”, ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil*. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 18, nº 53,

Oliveira, Francisco de (1973) *Economia Brasileira: critica da razão dualista*. Estudos CEBRAP, São Paulo, n. 2. Out.

_____. (2004) *Há vias abertas para a América latina?* In: Boron, Atílio (org) *Nova Hegemonia Mundial: alternativas de mudanças e movimentos sociais*. Buenos Aires: CLASCO.

Prandi, J. R. (1978) *O trabalhador por conta própria sob o capital*. SP: edições símbolo,

Reis, J. J. (2000) *De olho no Canto: Trabalho de Rua na Bahia na véspera da Abolição*. Salvador: revista Afro-Ásia, n. 24, p. 199-242,

Telles, Vera da S. (2001) *Pobreza e cidadania*. SP: USP, curso de pós-graduação em Sociologia, Ed. 34.

_____. (2010) *A cidade nas fronteiras do legal e ilegal*. BH: Argvmentvm.

Veras de Oliveira, R. (2011) Para discutir os termos da nova informalidade: sobre sua validade enquanto categoria de análise na era da flexibilização. In: *Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho: das origens às novas abordagens*. Veras de Oliveira, R.; Gomes, D.; Targino, I. (orgs). João Pessoa: Editora Universitária.